

POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO MUNICÍPIO DE DRACENA-SP

PUBLIC POLITICS AND TERRITORIAL DEVELOPMENT: ACQUISITION FOOD PROGRAM IN THE MUNICIPALITY OF DRACENA-SP

Ellen Tamires Pedriali Colnago¹
Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol²

Resumo: O Brasil passou ao longo de sua história por acontecimentos históricos dentro da política brasileira como a constituição de 1988 que trouxe, transformações significativas para o desenvolvimento e ações empreendidas pelo Estado brasileiro. Com o processo de descentralização político-administrativo, passou-se a valorizar as gestões empreendidas na escala do município, manifestadas a partir da adoção de políticas públicas que tinham como enfoque trabalhar com organizações locais como, por exemplo, as adotadas para o meio rural que passam a valorizar organizações coletivas como associações de produtores rurais para seus empreendimentos como no caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que busca em suas ações garantir a segurança alimentar para pessoas em situação de vulnerabilidade social bem como oferecer um canal de comercialização aos produtores rurais participantes. O mesmo programa pode ser visualizado enquanto resultado de sua execução a partir do estudo realizado no município de Dracena, Estado de São Paulo no qual nos mostra bem os desafios de sua implantação, bem como os benefícios gerados pela aplicação do mesmo a partir de uma análise feita com agrônomos do Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) do município, a presidente da associação estudada e pelos produtores participantes do programa.

Palavras Chaves: Políticas Públicas, Organizações Coletivas, Segurança Alimentar, Garantia de Comercialização.

Abstract: Along your history Brazil passed by historical events in Brazilian politics as the 1988 constitution that brought significant changes to the development and actions undertaken by the Brazilian State. With the process of political and administrative decentralization, it passed to appreciate the efforts undertaken at the municipal scale, expressed from the adoption of public policies that focus to work with local organizations such as, for example, adopted for rural areas that come to value collective organizations such as associations of farmers for their ventures as in the case of the food Acquisition program (PAA), which seeks in its actions to ensure food security for people in a situation of social vulnerability as well as offering a marketing channel to participating farmers. The same program can be viewed as a result of its execution from the study in the municipality of Dracena, São Paulo state, which shows well the challenges of its implementation as well as the benefits deriving

¹ Graduanda do curso de Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP/Presidente Prudente. Endereço eletrônico: ellencolnago@hotmail.com

² Professora do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP de Presidente Prudente e coordenadora do Grupo Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária (GEDRA). Endereço eletrônico: rosangel@fct.unesp.com

from the application of the same from an analysis agronomists made with the Office of Rural Development (EDR) of the municipality, the president of the association studied by producers and program participants.

Keywords: Public Politics, Collective Organizations, Food Safety, Trading Guarantee

Introdução

A estrutura das políticas públicas executadas atualmente é reflexo de um contexto histórico vivido no Brasil em que a centralização do poder nas mãos do Estado brasileiro passou a ser redimensionado para outras esferas da federação, proporcionando uma distribuição de atividades entre o governo federal, estadual e municipal.

Com essa mudança promovida a partir da Constituição de 1988, os municípios passaram a ter um peso maior na execução e no desenvolvimento das políticas públicas, já que é na escala local que se observa os resultados alcançados por esse tipo de ação do governo.

Foi-se cada vez mais sendo valorizada a formação de organizações coletivas, como as associações de produtores rurais que, na década de noventa, passaram a ter um estímulo para serem implantadas como forma de valorização da participação dos agricultores familiares, onde quando bem executadas e com grande cooperação entre os associados, esse tipo de organização consegue adquirir insumos (adubos, sementes entre outros) e implementos (tratores, roçadeiras entre outros) agrícolas, de forma coletiva para uso dos associados, bem como a participação em políticas públicas dos agricultores entre outros benefícios.

Nos anos 2000, o foco trazido pelas políticas públicas criadas pelo governo brasileiro foi à questão da fome e desnutrição no país, portanto a preocupação em garantir a segurança alimentar. A partir deste foco foram originados programas que por sua vez, pensando na garantia do acesso de alimentos, e na preocupação com a valorização da gestão local a partir de organizações coletivas, acabaram também agregando pequenos produtores rurais dentro destes programas como forma de garantir a produção de alimentos, para a população que apresentasse em escala local situação de vulnerabilidade social.

Assim foi criado o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) com uma estrutura que possibilita a garantia de comercialização de parte dos produtos resultantes das atividades agropecuárias dos pequenos produtores, além do acesso destes mesmos produtos por pessoas em situação de insegurança alimentar.

Tratando-se, portanto, de um programa que tem sua realização em escala local, buscamos averiguar como é seu funcionamento no Município de Dracena situado no oeste do Estado de São Paulo pertencente à microrregião de seu nome, partindo de um estudo empírico acompanhado de referenciais que nos ajudaram a entender, portanto, o seu funcionamento.

Procedimentos metodológicos

Para a realização do presente trabalho foram utilizados um conjunto de procedimentos que possibilitaram compreender o funcionamento do PAA e sua

execução em escala local, mais especificamente no município de Dracena, localizado na microrregião geográfica de mesmo nome no Estado de São Paulo.

Assim, foi realizada revisão bibliográfica sobre o programa, tratando-se da institucionalização do mesmo e sua relação com o tema da segurança alimentar, além de leituras que fazem uma análise das organizações coletivas como associação de produtores rurais. Houve a elaboração e aplicação de roteiros de entrevistas aos agrônomos do Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Dracena, e com a presidente da Associação dos Produtores Rurais de Dracena (APRD), que nos apresentaram um panorama sobre o funcionamento do programa, na escala do município e na associação estudada.

Também houve a elaboração e aplicação de questionário aos produtores associados da APRD. No total, a associação possui 200 associados, todavia, apenas 113 (56,5%) produtores participam do programa no município. Considerando os produtores que entregam os produtos no PAA, foram selecionados para a aplicação do questionário 13, representando 13,2% dos aderentes ao programa.

O Programa de Aquisição de Alimentos: Caracterização e funcionamento

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado na gestão do governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2003, com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar a partir da aquisição de parte dos produtos agropecuários, sendo destinados as pessoas que vivem em situação de insegurança alimentar (HESPANHOL, 2009).

O PAA foi concebido como parte de um conjunto mais amplo de políticas públicas inseridas dentro do Programa Fome Zero³, e tem uma dupla ação: auxiliar nas atividades comerciais dos produtores rurais a partir da compra de seus produtos, portanto, garantindo um canal de comercialização para os pequenos produtores, como também destinando às entidades socioassistenciais de produtos alimentícios vindos diretamente da agricultura familiar. Assim podemos afirmar que o PAA leva a um processo de dinamização da economia local, valorizando a produção alimentar que atende em termos de comercialização parte dos pequenos produtores rurais, e as redes socioassistenciais que recebem os alimentos.

O PAA é coordenado por um grupo gestor que envolve, em nível nacional, representantes do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que é o coordenador geral do programa; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Ministério da Fazenda; e Ministérios da Educação, sendo que parte da operação do programa também cabe à Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) (HESPANHOL, 2009).

Além do grupo gestor, há os executores do programa que são os estados e os municípios que implementam as ações do PAA, por meio de convênios com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Na escala do município existem organizações que são beneficiadas diretamente pelas ações do programa, sendo estas formadas pelos agricultores familiares através de cooperativas, associações e/ou grupos informais e as entidades socioassistenciais.

³ O Programa Fome Zero foi criado pelo Governo Lula em 2003, tendo como objetivo principal erradicar a fome e a desnutrição no país. Nesse sentido, têm sido promovidas ações tanto emergenciais (cestas básicas, cartão alimentação, merenda escolar etc.) como estruturais (barateamento dos produtos, criação de canais alternativos de comercialização, cooperativas de consumo etc.) para garantir a segurança alimentar e Nutricional. (HESPANHOL, 2009).

Assim observa-se que para o funcionamento e execução do programa, é necessário repassar por todas as escalas político-administrativas da federação chegando até o município, por meio de ações que abrangem os beneficiários do programa, como nos aponta Grisa (2010) ao mencionar que as ações implementadas pelo PAA:

[...] se expressa na forma de “um emaranhado de nós” interligando unidades familiares de produção e estas com suas associações/cooperativas, instituições públicas, instituições sociais, famílias beneficiárias e, ainda, todos estes com a estrutura ao nível nacional. (GRISA, 2010, p.125)

A garantia da cooperação entre as instituições envolvidas fica sob a responsabilidade de alguns órgãos como o CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar), em nível nacional, estadual e municipal, que procura fiscalizar e assegurar o funcionamento correto do programa.

Os recursos utilizados no programa provem do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, sendo originários do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, além do Ministério do Desenvolvimento Agrário, repassados à Conab por meio de convênios, conforme nos apresenta Grisa (2010); Mattei (2007) *apud* Hespanhol (2009).

O PAA é isento de licitação, e adquire os alimentos dos agricultores de acordo com o preço de cotação do mercado regional, sendo estabelecidos pela Conab que possui uma tabela de preços sobre cada alimento vendido para o programa, sendo que atualmente o valor pago aos produtores participantes de associações atinge um valor anual de R\$ 6.500,00⁴, dando uma média de R\$ 541,67 por mês. Esse valor teve sua retificação a partir da resolução do PAA N° 59 de 10 de Julho de 2013, no qual alterou o valor de R\$ 4.500,00 até então vigente. Para aqueles produtores os quais não são participantes de organizações coletivas como associações ou cooperativas a resolução apresenta que os mesmos podem participar do programa recebendo anualmente o valor de R\$ 5.500,00 (CONAB, 2013).

O Programa de Aquisição de Alimentos possui várias modalidades, dentre as quais uma delas se caracteriza pela compra para posterior doação, conhecida como Doação Simultânea, a qual faz referência à compra direta da agricultura familiar e a entrega dos alimentos adquiridos para a rede socioassistencial, composta por asilos, hospitais públicos, abrigos, entre outros.

O PAA Doação Simultânea beneficia tanto os pequenos produtores rurais, como as entidades socioassistenciais, sendo que para receber os produtos através do programa as entidades devem estar cadastradas nos Bancos de Alimentos, enquanto que os pequenos produtores rurais interessados em participar devem estar organizados em cooperativas, associações ou em grupos de interesse informal que contenham no mínimo cinco produtores, além de ter a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). A DAP garante ao produtor que o mesmo se apresente como agricultor familiar, portanto apto a participar das políticas públicas criadas para atender este segmento (HESPANHOL, 2009).

⁴ De acordo com uma nota publicada em Agosto de 2014, o Ministério do Desenvolvimento Social do Combate à Fome (MDS), apontou que, o valor anual adquirido pela modalidade doação simultânea alterou-se de R\$ 6.500,00 último valor vigente, para R\$ 8.000,00 aos produtores participantes de organizações coletivas como cooperativas e associações, e o valor de R\$ 5.500,00 para R\$6.500,00 para os produtores que entregam de forma individual ao programa.

Hespanhol (2009) informa que organizações coletivas de produtores rurais e entidades assistenciais do município ao se interessarem em participar do programa:

[...] devem, por meio da Secretaria (ou Departamento) de Assistência Social ou equivalente, elaborar uma proposta conjunta (plano) que alie a necessidade do consumo de alimentos do público atendido por essas instituições e a possibilidade de produção destes alimentos, pelos agricultores do município. Esta proposta deverá conter a relação de produtores rurais, participantes, os gêneros alimentícios a serem produzidos, a proposta de preço de venda e o local de entrega dos produtos. Depois de elaborada, a proposta deverá ser aprovada pelo Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do município ou, na falta deste, por um, conselho local e encaminhado para o conselho do programa em nível estadual ou à CONAB para aprovação. Os recursos aprovados anualmente ficam retidos até a confirmação de que os produtos foram entregues com o padrão de qualidade e na quantidade que foi estipulada, por meio de um termo de recebimento e aceitação assinado pela instituição que recebeu os produtos, seja a cooperativa, a associação ou até mesmo a própria entidade beneficiária, (creche, asilo, hospital etc.). (HESPANHOL, 2009, p. 8)

Verifica-se, portanto, que o PAA na modalidade Doação Simultânea necessita da elaboração de projetos anuais, que cadastram os produtores de acordo com os produtos a serem entregues e as entidades receptoras.

O programa também possibilita que organizações coletivas como associações de produtores rurais se fortaleçam, já que é um programa que exige a formação de organizações sociais locais que articulem os produtores, possibilitando uma maior interação entre os mesmos, os aproximando de agentes locais como as prefeituras, as casas de agricultura e as entidades socioassistenciais.

O PAA, portanto, para muitas associações de produtores pode ser o início para se buscar melhorias no processo de comercialização dos produtos e, dessa forma, propor objetivos a longo prazo, que visam o investimento no desenvolvimento do setor agrícola e a melhoria na distribuição de renda, através de ações de estímulo à produção e ao crescimento do produtor, que reduza sua dependência externa, como no caso do atravessador (GARNICA; SANTOS, 2006).

Oliveira (2010, p. 29) desta maneira afirma que:

[...] o grupo de pequenos produtores tende a buscar no associativismo, estratégias para organizar suas atividades produtivas, permitindo a sua inserção competitiva no mercado. [...] este tipo de organização associativa assume um formato objetivamente pautado no aprimoramento da produção econômica do grupo.

Da mesma forma que para Lazzarotto (2000, p. 02), “Através do grupo associativo pode-se melhorar os relacionamentos dos agricultores com o mercado e com a sociedade local, e ao mesmo tempo facilitar o processo produtivo”.

Verificamos, portanto, que as organizações coletivas de produtores rurais como associações, podem facilitar a comercialização de parte da produção dos produtores, pois o programa se constitui num canal de comercialização aos mesmos, possibilitando a eles diversificarem e melhorarem sua atividade produtiva.

O PAA apesar de ser um programa federal, manifesta seus resultados em escala municipal, sendo esta característica consequência do processo de descentralização político-administrativa ocorrido nos anos noventa no Brasil, que aumentou as atribuições dos estados e municípios, valorizando por sua vez as atividades executadas em nível local. Essa maior importância dada à escala municipal ocorreu por que, em meados dos anos de 1990 e início do século XXI:

[...] as políticas direcionadas ao meio rural brasileiro passaram a incorporar em seu escopo, algumas mudanças em termos de concepção, estruturação e formas de operacionalização. Ganharam importância, em termos de concepção das políticas, a preocupação com a segurança alimentar, o enfoque territorial, o estímulo à participação representativa dos beneficiários [...]. (HESPANHOL, 2009, p.2)

Assim, considerando esse cenário das políticas públicas que direcionam suas atividades na escala local, observamos que a partir dos anos noventa, existiu o incentivo do Estado para a criação de organizações coletivas, pois desta maneira os programas governamentais poderiam chegar diretamente aos produtores rurais, já que até esta década, de acordo com Schneider *et.al.* (2004) *apud* Grisa (2010, p.114):

[...] não havia políticas públicas direcionadas para este segmento pelo contrário, [os] agricultores ficaram a margem do setor público por décadas e [sofreram] as consequências (concentração de renda e terras, pobreza rural, migração, êxodo agrícola e rural etc.) das Políticas Públicas de “modernização” da matriz tecnológica da agricultura.

Dessa forma, passando os agricultores a se organizarem socialmente e politicamente através das associações, estes puderam, de acordo com Grisa (2009), “A partir de 2000 [...] ampliar suas pautas, incorporando reivindicações de políticas de comercialização da produção, acesso aos mercados e garantia de preços, contribuindo para a emergência do PAA.” (GRISA, 2010, p. 115).

Observa-se, portanto, que a implantação do PAA, é resultado de um longo processo de reivindicações por melhorias no cenário rural e que se constitui como um programa que garante a comercialização de produtos dos pequenos produtores rurais, sendo compatível com uma melhor distribuição de alimentos a pessoas em situação de insegurança alimentar como colocado por Krueger; Schiff *apud* Garnica; Santos (2006, p.89), onde a preocupação com a distribuição e o acesso dos alimentos torna-se:

[...] efetivamente eficiente, frente à necessidade de combate à fome, pobreza e miséria da população carente, além da diminuição dos elevados índices de desperdício verificados na produção, transporte, armazenamento e comercialização dos produtos agrícolas. (KRUEGER; SCHIFF *apud* GARNICA; SANTOS, 2006 p. 89)

O tema da segurança alimentar está implicitamente manifestado nas ações do PAA, a partir do momento em que o programa busca garantir o acesso aos

produtos alimentares a pessoas em estado de insegurança alimentar, ou seja, pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

A concepção de segurança alimentar, ou as diversas concepções dadas, são decorrentes de fatores históricos relacionados à preocupação em nível nacional e mundial, referente às pessoas que passam fome, e não tem uma alimentação suficiente em termos de qualidade e de quantidade. Uma definição clássica da *FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations)* referente à segurança alimentar coloca uma postura de valorização do acesso à produção de alimentos, como nos mostra Belik (2003, p.13) *apud* Becker; Anjos; Caldas (2009, p.3)

[...] assume como premissa uma situação “na qual todas as pessoas, durante todo o tempo, possuam acesso físico, social e econômico a uma alimentação suficiente, segura e nutritiva, que atenda a suas necessidades [...] e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável”.

O tema da segurança alimentar, contudo, antes de ter seu prenúncio nas ações do PAA, ganhou destaque no Brasil a partir das consequências geradas pela Revolução Verde, que ampliaram as discussões a respeito da insegurança alimentar. Os efeitos da Revolução Verde ocasionaram, de acordo com Ghizelini (2006, p. 04), “a intensificação da produtividade através da monocultura, utilização excessiva de insumos químicos (alto custo da produção) e alto nível tecnológico.” Destinando-se, inicialmente sobretudo aos produtos direcionados à exportação, o processo de modernização da agricultura, portanto não valorizou segmentos da pequena agricultura convencional que não conseguiram competir com essa produção moderna das grandes propriedades, desvalorizando os produtos de segmento local, promovendo um processo de falência dos pequenos produtores rurais.

Assim, com as mudanças geradas a partir do processo de descentralização na década de noventa, a partir da reestruturação das políticas públicas, o tema da segurança alimentar adquire ampla visibilidade, voltando-se a questões de acesso aos alimentos, carência nutricional e qualidade dos alimentos, com mencionado por Hirai e Anjos (2007).

O PAA, possibilita a construção de outras formas de comercialização da produção, beneficiando os produtores inseridos no programa, promovendo o desenvolvimento local (GHIZELINI, 2006), e o acesso a uma alimentação saudável à populações carentes, promovendo, desta maneira a segurança alimentar.

A operacionalização do PAA no município de Dracena-SP

O município de Dracena, apresentado como recorte territorial da pesquisa sobre o PAA, constitui-se, como já mencionado, na sede da Microrregião Geográfica de Dracena⁵ (ver figura 1).

⁵ Os municípios que compõem a Microrregião geográfica de Dracena são: Dracena, Junqueirópolis, Monte Castelo, Nova Guataporanga, Ouro Verde, Panorama, Paulicéia, Santa Mercedes, São João do Pau d' Alho e Tupi Paulista.



Figura 1: Município e Microrregião Geográfica de Dracena-SP.

Pelas entrevistas realizadas com os agrônomos do EDR de Dracena, foi possível averiguar como é o funcionamento do PAA no município de Dracena, a partir da execução do mesmo em duas associações, que são: a J. Marques localizada no distrito de Jaciporã e a APRD com sede na cidade de Dracena.

De acordo com os entrevistados, o PAA foi implantado em Dracena, pela primeira vez, no ano de 2006, com a Associação J. Marques, composta por um grupo de acampados, atualmente na condição de arrendatários de uma fazenda, e com APRD, que possui um grupo de associados, produtores convencionais do município e do Distrito de Jamaica, pertencente à Dracena.

A divulgação do programa foi realizada pelos técnicos entrevistados, dispondo os mesmos a conversar com os produtores para assim ser executado o programa no município. Um dos entrevistados relatou que no início os associados da J. Marques já estavam, antes mesmo do seu auxílio, elaborando um projeto para o PAA, o que demonstra que dentro da associação havia uma articulação entre os associados, facilitando assim a própria participação dos mesmos no programa. O entrevistado informou que foi após os associados da J. Marques tornarem-se pequenos arrendatários de terras que os mesmos começaram a participar do PAA.

Os agrônomos informaram que as suas atribuições em relação ao PAA estão relacionadas a auxiliar as associações de produtores na participação do programa, por meio da elaboração de projetos. Segundo um entrevistado, as associações de produtores, considerando o contexto regional de Dracena, não têm atividades regulares próprias e, portanto, quando se tem a implantação de um programa como o PAA, muitas vezes isso ocorre pelo incentivo do técnico, que trabalha motivando os produtores como afirmado por ele:

[...] as associações não tem vida própria regular; elas não são ativas, [...] elas existem porque a gente vai em cima, trabalha, motiva, por que na verdade o PAA surge do incentivo do técnico da Casa da Agricultura, se ele [técnico] não tiver incentivando, ajudando, os representantes das associações, [estes] participam de uma palestra, mas não conseguem se articular, então nosso papel seria o de articulação prioritariamente voltada a parte técnica, mas acaba

entrando na parte de auxiliar na parte de elaboração do projeto. O papel nosso seria de motivação porque nós trabalhamos com isso, dentro da CATI, eu sou da parte de socioeconômica, a gente tem o papel de motivar as associações, organizações de produtores rurais, então esse seria o papel nosso. (ENGENHEIRO AGRÔNOMO ENTREVISTADO EM FEVEREIRO/2012)

Dessa forma, fica expresso que a participação das associações no contexto regional de Dracena, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, depende do incentivo e encorajamento dos técnicos, devido à falta de articulação dos associados, uma vez que os mesmos auxiliam tanto na elaboração do projeto, como na parte técnica, mostrando para o agricultor a possibilidade de diversificação de cultivos necessários ao PAA, ajudando na produção.

Sobre as principais dificuldades encontradas para a implementação do programa nas associações de produtores, o entrevistado ressaltou que a primeira dificuldade encontrada foi convencer os produtores da veracidade do programa, já que muitos deles desconfiavam se haveria pagamento pelos produtos entregues. No início, portanto, convencer os produtores não foi fácil, pois havia um descrédito com o programa até a implantação do primeiro projeto, como nos aponta o agrônomo, pois com os resultados visualizados pelos demais produtores não participantes, estes puderam observar que o programa realmente funcionava e dessa forma também passaram a participar, aumentando, assim, gradativamente, o número de produtores por projeto. Para o entrevistado, os incentivos não faltam para os produtores participarem do programa, como afirma:

[...] a gente tem incentivado, mostrado para o produtor rural, [que] é interessante, ele faz um projetinho de 4.500,00 e em 10 meses ele vai receber 450,00 por mês, aproveitando um cantinho de horta lá mínimo, coisa muito pequena, mão-de-obra da esposa, de um filho menor que pode trabalhar em casa, se tiver uma idade de 14 a 15 anos, a mulher não precisa sair da propriedade, o marido pode numa hora a tarde ou em um horário bem pequeno durante o dia, conciliar com as outras atividades. Então isso é interessante, agora nesse primeiro momento, o convencimento é o início, você consegue organizar [...] você começa o projeto, aí dá certo aí [outro produtor] começa a querer entregar também, aí desde que ele atenda as exigências pra poder participar do projeto, aí sempre dobra, todo projeto a gente começa com poucos, o outro projeto já dobra o número de produtores. (ENTREVISTADO FEVEREIRO/2012)

O entrevistado destaca que a partir dos resultados alcançados com o programa na associação J. Marques, uma das primeiras a fazer o projeto, os entraves para a participação de outras associações foram superados, havendo, assim, a ampliação de participantes do programa.

Deve-se ressaltar que, para participar do PAA, o produtor tem que se enquadrar como agricultor familiar segundo os critérios estabelecidos pelo Pronaf que considera agricultor familiar aquele que detenha uma área inferior a 4 módulos fiscais, sendo que em Dracena o módulo fiscal varia de 18 a 20 há; 70% da renda tem que obrigatoriamente vir das atividades agropecuárias; e a mão-de-obra empregada tem que ser majoritariamente familiar, podendo contratar até 2 empregados permanentes.

Outro ponto fundamental que o entrevistado destacou para a participação do produtor no programa, seria a sua aderência a uma associação de produtores, pois é a partir dela que há a elaboração do projeto.

[...] na verdade quando você monta um projeto [...] tem uma organização e, é a associação que é responsável, ela monta um projeto viável, ela pega todo o pessoal que tem interesse e monta um projeto que é da Conab, um formulário que é preenchido, passa pelo conselho, qual que é o produto que vai ser entregue durante o ano, quantas pessoas vão participar, por que com isso daqui a Conab vai mandar o dinheiro para a associação, [...] que vai sendo liberado conforme ela vai cumprindo, o cronograma de entregas para as entidades. (ENTREVISTADO FEVEREIRO/ 2012)

O entrevistado também nos coloca que para entendermos o PAA, o ponto chave do programa estaria no encontro entre a associação, um grupo de entidades da rede socioassistencial e os produtores que, segundo ele:

Se não tiver esse três não funciona, você tem que ter o recebedor, tem que ter a associação e o produtor, então esses três tem que se conversarem, as entidades pra poder receber [...] qual a quantidade ai nesse projeto vai aparecer olha eu trato de 12 crianças, olha eu trato de 25 pessoas idosas, eu trato de 150 famílias, isso vai dar algo importante de recebedor, existem limitações do recebedor do produtor e a organização que vai fazer a gestão desse contato todo (ENTREVISTADO FEVEREIRO/2012)

O entrevistado destacou que a participação dos produtores nas associações também se tornou mais efetiva com a implantação do PAA, da mesma forma que as próprias entidades também ficaram, em suas palavras, “numa euforia muito grande”, por conta dos produtos alimentícios entregues serem de qualidade, já que a própria associação faz o controle de qualidade dos produtos.

Ele também destacou que as associações estão tendo uma consciência maior: “[...] uma estruturação a partir dos programas, [estão] começando a montar projetos, [pois] só a partir daí elas [vão] realmente poder consolidar ações de comercialização de mercado, consolidar mercado nessa sequência” (ENTREVISTADO, FEVEREIRO/2012).

Ao se posicionar sobre a questão da comercialização no PAA e as oportunidades que o mesmo pode abrir ao produtor, o entrevistado afirmou que:

Eu particularmente acho que o caminho é esse, ou seja, você justamente organizar o setor produtivo, agregar valor e tentar entrar no mercado. [...] a comercialização se torna viável, pra poder se tornar competitiva lá na frente, pela organização, e não pela condição que ela não é competitiva, tanto é que ela não está no mercado. [...] tem que ter uma organização, é essa organização que vai determinar quais as necessidades de mercado e a forma de produzir, a quantidade de produção, se envolver um período mais longo nesse meio tentar agregar algumas coisas. (FEVEREIRO/2012)

Os agrônomos entrevistados também afirmaram que a implementação do PAA traz mais condições de estabilidade ao produtor, pois garante comercialização e preço os produtos.

Dessa forma, dada a importância que as associações de produtores rurais tem para o desenvolvimento e execução do programa, procuramos estudar a APRD, buscando informações com a presidente da associação e os produtores associados participantes do programa.

De acordo com a presidente da associação, a APRD não se mostrou diferente do que nos apresentou os agrônomos entrevistados quanto à resistência em participação do PAA. No início, o primeiro projeto dentro da associação foi elaborado com o auxílio dos técnicos da CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral) já que os produtores não conheciam o programa. Segundo a entrevistada:

[...] começou assim os produtores nem sabiam [do projeto], então com o incentivo da Cati, do pessoal da Casa da agricultura, [...] o projeto foi feito assim, pego esse e aquele produtor e fez o projeto sem conversar com ninguém [...] a associação fez o projeto, Danilo e o Laércio [...] com o incentivo e ajuda da Cati, [...] mas os produtores em si na verdade não sabiam nem o que estava acontecendo, [...] ninguém entendia nada, e pra começa a primeira coisa que eles falam [os produtores] é “nada disso vai acontecer”, por que é assim quando é muito ruim parece que eles já estão esperando, mas quando é uma coisa boa, primeiro precisa provar, então quando começou o projeto para os produtores era mais uma coisa que não ia dar certo, era mais uma coisa que estavam falando, daí então que foi chamando produtor, olha você está no projeto, você precisa produzir trazer o que você tem, foi quando os produtores foram chegando, o primeiro projeto demorou um tempo pra terminar por que não acabava as cotas, [...] no primeiro dois anos precisou [...] foi um trabalho bem lento, bem demorado, alguns produtores [...] levaram o negócio a sério, em 2006. (PRESIDENTE DA APRD, ABRIL/2012)

Assim, as dificuldades iniciais para a execução do primeiro projeto do PAA estavam em torno da própria aceitação do produtor em participar do programa, ou seja, houve resistência por parte dos mesmos, mas com a participação de alguns, os demais foram vendo que era algo que realmente poderia proporcionar uma renda complementar pela entrega dos produtos. Dessa forma, a presidente da associação afirma que:

[...] entrar na cabeça deles [os produtores], a gente sabe que é possível, a gente sabe que é viável, mas para o produtor conseguir chegar nisso [PAA], ele tem que se organizar, ele tem que melhorar, ele tem que aceitar a ajuda que a gente oferece, por que a gente oferece, a Cati oferece só que são poucos aqueles que abraçam a essas oportunidades [...] (PRESIDENTE DA APRD, Abril/2012)

Outro ponto de dificuldade encontrado foi na própria elaboração do projeto, já que havia o desconhecimento do mesmo e a burocracia. Assim, os produtores e a própria associação tiveram que se adequar, como por exemplo, já de antemão informar o número de participantes e o que cada um ia entregar naquele período de execução do projeto. Mas, hoje essa burocracia se tornou menos complicada por que existe a possibilidade de o produtor quando não tiver mais o produto que era

para ser entregue, de substituí-lo por outro que ele está produzindo, como nos relata a presidente da associação:

[...] você não sabia do que falava, como fazer, o que apresentar, por que ainda hoje eu acho que o projeto do PAA, ainda tem erros, eu acho que a gente tinha que montar o projeto com determinado valor, e depois você informar qual produto que você comprou, por que você manda o projeto, já tem que mandar qual produtor, e o que ele vai entregar então, são produtos assim que mudam com muita facilidade, então o produtor esse mês está plantando quiabo, daqui três meses ele resolveu que vai plantar pimentão, então hoje é burocrático, mas ainda é mais fácil, a gente pode trocar[o produto], olha o fulano de tal deixou de produzir quiabo agora está produzindo pimentão, esse ano eles estão aceitando, o ano passado não, a gente tinha que mentir, só que gerou um conflito muito grande, gerou um problema muito grande, por que o que acontece da mesma forma, que eu tinha que mentir pra Conab, [...] então o que acontecia eu também tinha que mentir para a entidade, a entidade também tinha que mentir pra mim, então eu tinha que mandar um termo pra Conab, dizendo que planto quiabo enquanto ele tinha entregue maxixe, e a entidade também tinha que mandar um termo, dizendo pra mim que comeu maxixe, e não quiabo você entendeu só que a gente transformava os produtos nos valores, então os valores batiam mais as mercadorias, [...] eu estava mentindo, eu estou falando que estou recebendo uma coisa e não estou recebendo, eu falei que assinei que recebi 20.000 kg de num sei do que e não recebi, então gerava desconfiança então agora a gente tenta confirmar, da melhor forma; e é trabalhoso. (PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO, ABRIL/2012)

Observa-se, portanto, que a burocracia criada sobre o PAA, se fazia sobre a lista de produtos e o que cada produtor deveria entregar, ou seja, o mesmo só poderia entregar a fruta ou o legume que fora definido no projeto e que identificava seu nome como responsável pela entrega, criando uma dificuldade, por que muitas vezes ele não conseguia terminar a sua quota anual no programa porque já não tinha mais o produto a ser entregue, tendo assim a necessidade de substituir o produto por outro, operação até então não permitida dentro das estruturas do projeto mais que passou a ser aprovado recentemente dentro dos funcionamentos do programa.

Quanto à participação dos associados na associação após a implantação do PAA, a presidente informa que os associados participantes do programa se interessam somente pelos assuntos do PAA. Ela destaca também que não houve o aumento do número de associados com a implantação do programa, já que nem todos que entregam os produtos no PAA são associados da APRD e, desta forma, a associação vem realizando um trabalho de conscientização dos produtores sobre a importância do associativismo, tentando convencê-los a se associarem. A presidente também aponta que o produtor de certa forma acaba se associando, pois: “aquele que entrega no PAA acaba precisando de um trator, de um adubo, mas ele pode estar comprando esses produtos sem ser associado, mas ai ele vai pagar mais” (PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO, ABRIL/2012)

Em relação aos associados da APRD, verifica-se pelas informações da presidente da associação, que 90% dos mesmos são do município de Dracena,

contando com 10 produtores do distrito de Jamaica; há um associado de Junqueirópolis; um de Ouro Verde; um de Irapuru; três (3) de Junqueirópolis; e dois (2) de Tupi Paulista.

Observa-se, também, que a presença de máquinas e implementos na associação é uma forma de atrair o produtor para se associar e, assim, ele poder utilizar dessas máquinas e implementos pagando um preço por hora/máquina menor que o cobrado por terceiros.

Com relação aos produtos entregues ao PAA pelos produtores, os mesmos plantam mais pela necessidade da entrega, a exemplo do que a presidente da APRD nos apresentou sobre o brócolis que não havia uma produção recorrente e que agora já faz parte da produção dos produtores por causa da entrega dos produtos ao PAA. Assim, para a entrega dos produtos ao PAA, existe um local cedido pelo sindicato rural do município, onde se recebe os produtos do PAA trazidos pelos produtores. As entidades são responsáveis por buscarem os produtos neste local, sendo que em relação às entidades que recebem os produtos do PAA, estas totalizam 18, segundo dados do último projeto aprovado, atendendo, em média, 23.955 pessoas por mês, segundo as informações transmitidas pela presidente da associação.

A presidente também nos apontou um volume importante com relação aos alimentos já distribuídos desde a adesão do programa pela associação, chegando a aproximadamente a 550 toneladas de alimentos por projeto desde o ano de 2006, sendo que no ano de 2012, entre os meses de janeiro e março, foram distribuídas 45 toneladas às entidades receptoras.

Em relação aos preços pagos pelos produtos entregues no PAA, a presidente apontou que ao se estabelecer uma quota de R\$4.500,00 por/produtor⁶, isso leva os produtores à limitação de sua produção por que o mesmo não vai aumentar e melhorar sua produção somente pelo valor de R\$ 4.500,00 e complementa:

[...] eu acho que limita muito o produtor, então se o produtor tivesse a disponibilidade de entrega vamos dizer o que ele produz, e o que tiver condições de ser entregue então o produtor teria condições de entregar pra associação, se ele dobrar a quantidade dele eu tenho o dobro de entidades pra está entregando essa mercadoria, então não podia ser limitado esse valor, por que isso corta o produtor, ele já não tem vontade, então não vou plantar mais por que vai passar da minha quota onde eu vou entregar, então limita, eu acho que o limite da quota limita o produtor a querer melhorar. (PRESIDENTE DA APRD, Abril/2012)

Dessa forma, a presidente da APRD aponta que a quota limita o produtor e, ao mesmo tempo, não permite que ele avance e procure melhorar sua produção, Talvez se ela não existisse, a presidente coloca que isso poderia atrair os produtores para buscar melhores condições de produção e qualidade em seus produtos, por que poderia estimular os mesmos a aumentarem sua produção. Apesar do comodismo que a presidente da associação acredita que a quota do PAA cria nos produtores rurais, a mesma não deixa de admitir que o mesmo traz estabilidade nas

⁶ A entrevista foi realizada em Abril de 2012, nesse período o valor anual da quota do PAA era R\$ 4.500,00. A partir de Julho de 2013, esse valor alterou-se para R\$ 6.500,00 e portanto, todas as associações que desenvolvessem algum projeto de compra no PAA após essa data, já utilizariam a nova quota, e para os projetos anteriores a essa data não finalizados mesmo com a mudança da quota, teriam que terminá-los para assim passar a receber pela entrega no PAA com o novo valor.

condições de comercialização para o produtor, e afirma que o PAA contribuiu para melhorar as condições dos produtores rurais, tanto em termos de garantia de renda complementar como até na questão moral, pois segundo ela, o produtor hoje sabe avaliar sua mercadoria e lhe atribuir um preço.

A participação dos produtores no PAA

A partir das informações fornecidas pelos engenheiros agrônomos da Casa da Agricultura e da presidente da APRD se verificou a importância de se conhecer quem são os produtores rurais que participam do PAA, sua avaliação sobre o programa etc. Com esse objetivo foi elaborado um questionário, o qual serviu de base para a realização de entrevistas com os produtores participantes do PAA.

A respeito da caracterização dos produtores, identificamos que dos 15 entrevistados, 10 ou 67% se autodenominaram como agricultores na área rural, três ou 20% em relação ao 15 como produtores rurais e dois ou 13% como lavrador e lavrador pecuarista.

Quanto à idade dos produtores entrevistados, verificamos que a faixa etária predominante entre os produtores é entre 40 e 50 anos, correspondendo a 47% dos entrevistados; 27% tem idade entre 60 e 70 anos; dois (%) apresentando idade entre 30 e 40 anos; e dois (%) com idade entre 50 e 60 anos, como mostra os dados organizados na tabela 1:

Tabela 1: Faixa etária dos produtores rurais entrevistados

Faixa Etária	Número de produtores	%
Entre 20 e 40 anos	2	13
Entre 40 e 50 anos	7	47
Entre 50 e 60 anos	2	13
Entre 60 e 70 anos	4	27
Total	15	100

Fonte: Pesquisa de Campo, maio de 2012 **Org.** Ellen Tamires Pedriali Colnago

Em relação aos produtores entrevistados, 93% são do sexo masculino, enquanto que apenas 7% corresponde a do sexo feminino. Quanto ao estado civil, todos os produtores pesquisados afirmaram ser casados, e todos informaram ter filhos, sendo que 47% dos mesmos afirmaram ter dois (2) filhos, 27% afirmaram possuir somente um (1) filho, 20% afirmaram possuir quatro (4) filhos e 7% afirmaram possuir três (3) filhos, mostrando pelos resultados que o número de filhos por casal cada vez mais vem diminuindo, permanecendo na faixa de 1 a 2 filhos.

Quanto à escolaridade dos produtores entrevistados, verificamos que, em sua maioria, ou seja, 47% dos produtores possuem o ensino fundamental incompleto, seguido do ensino fundamental completo com 33% e 20% com ensino médio completo, mostrando assim que os produtores possuem níveis diversificados de escolaridade onde nenhum apresentou ter o ensino superior. (tabela 2).

Tabela 2: Escolaridade dos produtores Entrevistados

Escolaridade	Número de produtores	%
Ensino Fundamental Incompleto	7	47
Ensino Fundamental Completo	3	20
Ensino Médio Completo	5	33
Total	15	100

Fonte: Pesquisa de Campo, maio de 2012 **Org.** Ellen Tamires Pedriali Colnago.

Sobre a condição do produtor, se verificou que 67% afirmaram ser proprietários rurais, 13% afirmaram ser arrendatários, outros 13% afirmaram ser parceiro e apenas um afirmou trabalhar no sítio do pai, sendo futuro herdeiro juntamente com seus irmãos. Ao todo se verifica, portanto, que 67% dos produtores possuem uma propriedade rural e 33% dos demais produtores usufruem da terra, sendo na condição de arrendatário, parceiro ou se utilizando da propriedade em que o pai é o dono.

Referente ao local de residência, verificamos que 60% dos produtores moram em sua propriedade rural, localizada em Dracena, 13 % moram na cidade de Dracena, outros 13 % moram nas terras que arrendam, um (1) mora no distrito de Jamaica (no município de Dracena) e outro mora na propriedade, no qual desenvolve o sistema de parceria.

Com relação ao tempo de residência na propriedade rural, se verificou que, estes sendo proprietários ou não, quatro (4 ou 31%) dos mesmos afirmaram que moram na propriedade rural entre 10 e 15 anos, três (3 produtores ou 23%) afirmaram morar acima de 20 anos, outros três (3 produtores ou 23%) moram a mais de 40 anos, dois (2 produtores ou 15%) moram entre 15 e 20 anos e um produtor (8%) afirmou morar há mais de 50 anos na mesma propriedade rural. Com relação aos produtores pesquisados que moram na cidade, dois (13%) afirmaram morar na área urbana a mais de 20 anos.

No que se refere à localização das propriedades rurais, 100% das mesmas se encontram no município de Dracena, sendo que uma se encontra situada no distrito de Jaciporã e a outra no distrito de Jamaica, distando o primeiro 15,3 km da sede do município e o segundo 12,3 km⁷.

Com relação ao tamanho das propriedades em ha, verifica-se que as mesmas variam entre 2 a 75,8 ha (tabela 3) sendo, portanto, compreendidas no tamanho que abarca até 4 módulos fiscais, considerando que o agrônomo do EDR de Dracena nos informou que um módulo fiscal em Dracena corresponde a cerca de 20 ha, portanto, estes produtores estão aptos a participar do PAA, e são considerados como agricultores familiares conforme estabelecido pela DAP, sejam eles proprietários, arrendatários ou parceiros.

⁷ Informação retirada do serviço de pesquisa e visualização de mapas, Google Maps.

Tabela 3: Área em ha das propriedades dos produtores entrevistados

Produtor	Área (ha) das Propriedades
1	12
2	4,8
3	24
4	14,4
5	10
6	24
7	4,8
8	4,8
9	12
10	12
11	56
12	2
13	14,9
14	3,6
15	7,2

Fonte: Pesquisa de campo, maio de 2012 **Org:** Ellen Tamires Pedriali Colnago

Em relação às formas de aquisição da propriedade, observa-se que para os proprietários da terra, que representam 33% do total, essa se deu por meio de herança; 27% foi por meio de compra; 13% foi por meio de compra e herança; e os demais (27%) estabelecem relação de contrato para usufruto da propriedade, ou seja, não são proprietários da terra.

No que se refere à exploração da atividade agropecuária, 73% dos produtores mantêm a produção realizada apenas por um núcleo familiar, enquanto que 27% com mais de um núcleo familiar, tendo a gestão das propriedades compartilhada com seus irmãos. Com relação ao uso de outro tipo de mão-de-obra, além da familiar, cinco (5) produtores afirmaram utilizar trabalho de membros externos à família, sendo que destes, quatro (4) afirmaram que utilizam empregados temporários no período da colheita, enquanto que um (1) produtor afirmou ter um parceiro em sua propriedade, auxiliando nas tarefas ligadas à produção agrícola.

Em relação às principais atividades econômicas realizadas pelas unidades familiares da pesquisa, verifica-se pelo estudo realizado que os produtores, em sua maioria, trabalham com a produção de fruticultura, produzindo mamão, acerola, uva, entre outras frutas, além de se dedicar à produção de hortaliças e de café. Os 15 produtores entrevistados também mostraram que além dessas produções agrícolas, os mesmos mantêm uma criação pecuária voltada à produção de leite, de corte, além da produção de suínos e a criação de carneiros.

No que se refere aos meios de produção utilizados, observa-se que dos 15 produtores, apenas três (3) informaram não ter nenhum tipo de meio de produção para empregar em sua propriedade; o restante, ou seja, 80%, possuem algum tipo de implemento ou máquina, como entre os mais mencionados estão o trator, a roçadeira manual e o pulverizador de tração mecânica, mostrando assim que os produtores buscam se utilizar da tecnologia disponível, mesmo quando esta se torna difícil de ser obtida.

Com relação ao nível tecnológico de algumas atividades como adubação química e orgânica, rotação e consorciação de culturas, vacinação e calagem, entre outras, são praticadas com frequência pelos produtores entrevistados, assim como a análise do solo, mostrando, portanto, que os mesmos empregam algum tipo de nível tecnológico em suas produções.

Com relação à renda monetária da família, 40% afirmaram que possuem uma renda média entre 3 e 4 salários mínimos; 27% afirmaram que têm uma renda entre 2 e 3 salários mínimos; 20% informaram que recebem mais que 4 salários mínimos; e 13% afirmaram que a renda familiar gira em torno de 1 e 2 salários mínimos. Portanto, a maioria dos produtores ganha numa faixa entre 2 e 3 salários e entre 3 e 4 salários mínimos⁸.

Da total da renda monetária familiar gerada mensalmente, 5 (%%) produtores vivem somente da produção agropecuária, 6 (%%) produtores vivem da produção agropecuária e da aposentadoria, 3 (%) produtores vivem da produção agropecuária e de trabalhos fora da propriedade e somente 1 (%) produtor vive da produção agropecuária, da aposentadoria e do trabalho fora da propriedade.

Assim, dos 15 produtores analisados, 5 (33%) vivem com a renda obtida com a comercialização de 100% da produção, sendo que um deles retira 60% da produção agropecuária e 40% da pesca; 6 (40%) produtores que vivem da renda gerada pela produção agropecuária e a aposentadoria; 2 afirmaram que retiram sua renda de 95% da produção agropecuária e 5% da aposentadoria; um afirmou que obtém sua renda de 50% da agropecuária e 50% da aposentadoria; dois produtores afirmaram obtém renda de 70% da produção agropecuária e 30% da aposentadoria; e, por fim, mais um produtor colocou que obtém renda de 20% da produção agropecuária e 80% da aposentadoria.

Dos três (20%) produtores que vivem da produção agropecuária e do trabalho fora da propriedade, dois afirmaram que obtém 50% da renda da produção agropecuária e 50% do trabalho realizado fora da propriedade; um afirmou obter 80% da produção agropecuária e 20% do trabalho fora da propriedade; e apenas uma produtora retira 40% da produção agropecuária e 60% da aposentadoria mais o trabalho fora da propriedade.

Dessa forma, em relação aos que mencionaram que obtém parte de sua renda com o trabalho realizado fora da propriedade, os membros da família que saíram para trabalhar foram esposa, nora e filhos, sendo que a renda monetária gerada por esses membros, de forma geral, serve para o uso pessoal, a manutenção da propriedade e para a família em atividades de consumo, já que a opção por outro tipo de atividade não agropecuária é reflexo da incapacidade da renda agrícola de prover a sobrevivência da família, além do alcance da própria independência dos filhos e das mulheres, como ressaltado pelos produtores, que mantêm parte de sua renda monetária gerada pela produção agropecuária e parte com trabalhos fora da propriedade.

Já com relação à participação destes produtores no PAA, todos afirmaram entregar para o PAA, já que segundo eles é uma forma de gerar uma renda extra que completa o orçamento da família, além de garantir um canal de comercialização.

Sobre os produtos entregues, os produtores de forma geral informaram entregar frutas (mamão, manga, maracujá, banana nanica, pinha, abacate, uva, coco etc.), verduras (alface, almeirão, chicória, rúcula, repolho, etc.), e legumes (milho, beterraba, pimenta doce, mandioca, abóbora etc.), entre outros, mostrando,

⁸ Salário mínimo correspondente à R\$ 622,00 no ano de 2012.

dessa forma, a diversidade de produtos entregues ao programa pelos produtores entrevistados.

Em relação à produção dos produtores, foi perguntado se os mesmos se utilizaram de algum financiamento da produção para entregar ao PAA. As respostas obtidas foram que dos 15 produtores, 93% responderam que não e somente 1 produtor (7%) respondeu que sim, como crédito de custeio e, dessa forma, acabou utilizando na produção entregue ao PAA.

Se houve necessidade dos produtores modificarem sua produção ou diversificá-la para participar do PAA, dos 15 produtores: 13 (87%) afirmaram que não modificaram ou diversificaram e dois produtores (13%) começaram a diversificar a produção, um deles cultivando berinjela e o outro, além da berinjela, quiabo e vagem. Quanto à necessidade de melhorar as condições da produção entregue ao PAA, dos 15 produtores: 6 (40%) afirmaram que sim, alegando como dificuldades a diminuição dos agrotóxicos utilizados, e cuidados na hora de colher o produto, enquanto que 9 (60%) afirmaram que não.

Sobre algum aspecto que o PAA ajudou a melhorar nas condições de vida dos produtores, as respostas mais mencionadas entre os 15 produtores foram relacionadas: à garantia de comercialização e ao aumento da renda familiar, sendo que um produtor entre os 15 destacou que o programa ajudou a melhorar a alimentação da família, a partir da diversificação da produção que o produtor teve que realizar.

Dos 15 produtores participantes do PAA, 13 (87%) apontaram que se sentem mais valorizados pela sociedade, por que se ampliou as opções de canais de comercialização dos mesmos, assim como eles estão ajudando na alimentação das entidades e as mesmas passaram a reconhecer o trabalho dos produtores. Os dois produtores (13%) que disseram não se sentirem mais valorizados, alegaram que o PAA só ajudou a garantir as necessidades básicas, além do que acham que não houve nenhuma mudança tão satisfatória sobre as dificuldades encontradas pelo produtor dentro do campo com a de comercialização dos produtos.

Na opinião dos 15 produtores, se existe algo a ser melhorado no PAA, 73% alegaram que sim, afirmando entre as respostas obtidas, melhorar o preço pago aos produtos entregues, assim como um produtor ressaltou que não deveria ter a quota fixa por projeto, mas sim ganhar de acordo com o a quantia que o produtor entrega, além do que um outro produtor destacou que o próprio agricultor também deve melhorar o produto que entrega ao PAA. Os demais três produtores (20%) informaram que não há a necessidade de melhorias, enquanto que 1 (7%) dos produtores não soube opinar.

Com relação a uma avaliação do PAA a partir da atribuição de nota de 0 a 10 os produtores assim se manifestaram: 8 (53%) produtores deram nota 8, alegando que o programa precisa melhorar; 4 produtores (27%) deram nota 10; dois produtores (13%) deram nota 9; e somente 1 produtor (7%) deu nota 2 ao programa, afirmando que o programa deve melhorar.

Dessa forma, verifica-se pelos dados levantados na pesquisa, que o PAA tem seus aspectos positivos na visão dos produtores, sobretudo na questão do aumento da renda monetária familiar, bem como da garantia de um canal de comercialização. Contudo como mostra os resultados, os produtores também avaliam que existem questões a serem melhoradas, sobretudo, em relação ao preço pago aos produtos, e a existência da quota fixa para cada produtor.

Considerações Finais

Pelos resultados apresentados ao longo deste trabalho, podemos observar que o PAA garante um canal de comercialização para um segmento de produtores que, em sua história, sempre buscou melhores condições de preço e garantia de comercialização, bem como formas de sustentação no campo para fazer frente ao desenvolvimento da incorporação de tecnologias e o crescimento das áreas destinadas à exportação.

Dessa forma, podemos afirmar que o programa auxilia os pequenos produtores rurais, a partir do momento em que supre uma das principais dificuldades encontradas por este segmento que é garantia de comercialização, já que muitas vezes se tem a produção excessiva de apenas um produto e, portanto, a redução dos preços pagos, bem como a presença da figura do atravessador que paga preços inferiores comparado aos ganhos que o produtor teria sem sua presença, fatores portanto, que contribuem para perda financeira do produtor. O PAA busca suprir essas dificuldades apresentadas, seja pela tabela de preços utilizada estabelecida pela Conab, bem como diminuindo a importância da figura do atravessador negociando diretamente com o produtor rural a partir da criação de um mercado institucional.

O PAA, também busca garantir a segurança alimentar para pessoas em situação de vulnerabilidade social que são atendidas pelas redes socioassistenciais que também tem sua alimentação garantida, por meio de produtos alimentares produzidos conforme os hábitos regionais, suprimindo desta forma uma das grandes dificuldades postas na atualidade que é o acesso aos alimentos.

O programa no município de Dracena apresenta aspectos positivos, contudo, o mesmo, como pode ser verificado por meio das entrevistas realizadas com os agrônomos do EDR e com a presidente da APRD, teve dificuldades no início para sua implantação, dada a desconfiança e resistência dos produtores.

Estes, por sua vez, ao participarem do programa, mudam sua visão quanto ao mesmo, e apontam inclusive que ele gera um acréscimo na renda ao mesmo tempo em que assegura um canal de comercialização. Os produtores também consideram que os preços praticados no PAA são baixos e precisam melhorar, da mesma forma que a quota estabelecida também é um fator de reclamação, apontando que deveria haver uma flexibilidade maior dentro do programa assim como também afirma a presidente da associação estudada.

O PAA foi analisado a partir de das impressões dos principais atores que participam do programa e de suas características de funcionamento, que convergiram para os resultados que mostraram que o mesmo está beneficiando os seus participantes, porém não deixando também de receber críticas que podem e devem ser levadas em contas para assim ter-se resultados até mais eficazes da política pública implantada.

Referências

BECKER, C; CALDAS, N. V; SACCO DOS ANJOS, F. Políticas públicas estruturantes e segurança alimentar: o caso do PAA. In: **CONGRESSO DA SOBER - SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA**

RURAL, 2009, Porto Alegre. Anais do 47º Congresso da SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2009. p.1-16. Disponível em: < <http://www.sober.org.br/palestra/13/88.pdf>> Acesso em: 19 abr. 2012.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **PAA Resoluções**. 2013. Disponível em: < <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1294&t=2>> Acesso em: 22 ago. 2013.

GARNICA, L. A.; LYRIO SANTOS, F. Políticas públicas descentralizadas para o desenvolvimento regional da agricultura familiar: um estudo de caso. **Informações Econômicas**, São Paulo v. 36, n.10, p. 88-95, 2006. Disponível em: < <ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/tec7-1006.pdf>> Acesso em: 23 fev. 2012.

GHIZELINI, A. A. M. Políticas Públicas de Segurança Alimentar como processo de intervenção direta na produção e no consumo de alimentos no Brasil. IN: **VII CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL**, 2006, Quito. Anais do VII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural, 2006.

GRISA, C. As redes e as instituições do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 6, p. 97-129, 2010. Disponível em: < <http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/viewFile/274/193>> Acesso em: 12 mar. 2012.

HESPANHOL, R. A. M. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na Região de Dracena (SP). In: **47º CONGRESSO DA SOBER - SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL**, 2009, Porto Alegre. Anais do 47º Congresso da SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. 2009. p. 01-18. Disponível em: < <http://www.sober.org.br/palestra/13/552.pdf>> Acesso em: 12 fev.2012

HIRAI, W. G; SACCO DOS ANJOS, F. Estado e Segurança Alimentar: Alcances e limitações de políticas públicas no Brasil. **Textos & Contextos**, Porto Alegre v. 6, n.2, p.335-353, Jul./Dez. 2007. Disponível em: < <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/2322/3251> Acesso em: 13 Mar. 2012.

LAZZAROTTO, J. J. O associativismo rural e a sua viabilização: estudo de caso comparativo de duas associações de produtores rurais do município de Pato Branco (PR). In: **XXIV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO (ENANPAD)**, 2000, Florianópolis. Anais do XXIV Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração (ENANPAD). Florianópolis: Anpad, 2000.

OLIVEIRA, A.R. **O Associativismo na região do Pontal do Paranapanema-SP: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural.** Presidente Prudente, 2010, 219p. Tese (Doutorado em Geografia, Produção do Espaço Geográfico) Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Disponível em: http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/10/adriano_dr.pdf. Acesso em: 15 jun. 2011.